



CARAGUATATUBA- SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CARAGUATATUBA - SÃO PAULO

PEB I- Professor Educação Básica I
Educação Infantil

EDITAL Nº 03/2023

CÓD: SL-078ST-23
7908433242222

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto.....	9
2. Organização estrutural dos textos. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.....	11
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição e argumentação; características básicas de cada modo....	13
4. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.	20
5. Textos literários e não literários.....	23
6. Tipologia da frase portuguesa. 6. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.	23
7. Norma culta.....	26
8. Pontuação e sinais gráficos.....	27
9. Tipos de discurso.....	29
10. Registros de linguagem.....	32
11. Funções da linguagem.....	33
12. Elementos dos atos de comunicação.....	34
13. Estrutura e formação de palavras.....	35
14. Formas de abreviação.....	37
15. Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições.....	39
16. OS modalizadores.....	47
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.	47
18. Os dicionários: tipos.....	49
19. a organização de verbetes.....	51
20. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	57
21. latinismos.....	59
22. Ortografia.....	59
23. acentuação gráfica.....	60
24. A crase.....	61

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.....	69
2. Conjuntos e suas operações, diagramas.....	75
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	77
4. Porcentagem e juros.....	82
5. Proporcionalidade direta e inversa.....	84
6. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	86
7. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	88
8. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	90
9. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	92

ÍNDICE

10. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	94
11. Problemas de contagem e noções de probabilidade.....	96
12. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área; Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.....	98
13. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.....	106
14. Problemas de lógica e raciocínio.....	107

Noções de Informática

1. Tecnologias para Aprendizagem.....	127
2. utilização de diferentes linguagens midiáticas para desenvolvimento das práticas educativas;.....	127
3. apropriação tecnológica.....	128
4. compreensão dos usos das tecnologias e da cultura digital no cotidiano escolar;.....	128
5. promoção de práticas pedagógicas, reflexivas, colaborativas e dialógicas utilizando recursos tecnológicos;.....	128
6. papel e uso das tecnologias da informação e comunicação;.....	129
7. letramento digital.....	129
8. uso da tecnologia para ensinar, aprender e pesquisar.....	130

Aspectos Locais

1. Fundação do município de Caraguatatuba.....	135
2. O município do século XIX até o XXI.....	135
3. As condições físicas e ambientais do município de Caraguatatuba.....	136
4. População e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; comunidades tradicionais.....	138
5. O processo de urbanização.....	139
6. A importância de Caraguatatuba para o estado de São Paulo.....	139
7. Atividades econômicas: extrativismo vegetal e mineral; agricultura; indústrias e serviços.....	139
8. Questões socioambientais.....	140
9. Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007 (Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos do município de Caraguatatuba e dá outras providências) e suas alterações.....	140

Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos da Educação: Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	161
2. Relações socioeconômicas e político-culturais da educação.....	170
3. Educação em direitos humanos.....	175
4. democracia e cidadania.....	179
5. A função social da escola;.....	179
6. inclusão educacional e respeito à diversidade.....	184

ÍNDICE

7. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.	196
8. Didática e organização do ensino.	201
9. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.	215
10. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica.	225
11. Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.	230
12. Legislação educacional: Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações.	238
13. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/1990.	254
14. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	294
15. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007.	312
16. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.	312
17. Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).	313

Conhecimentos Específicos

PEB I - Professor Educação Básica I Educação Infantil

1. Concepções de Educação Infantil: de infância e de criança.	333
2. Psicologia do Desenvolvimento.	335
3. A Construção do Conhecimento na infância.	351
4. Corporeidade: o corpo criança criador de culturas e conhecimentos.	352
5. Pluralidade e diversidade cultural.	352
6. Os processos de criação no brincar.	353
7. Educar e Brincar.	353
8. Composição de tempos e espaços na Educação Infantil.	355
9. Plano de Ação Pedagógica Docente para a Educação Infantil.	356
10. Currículo: concepção e organização do conhecimento.	357
11. O desenvolvimento artístico da criança.	369
12. A leitura e a escrita na Educação Infantil.	370
13. O Conhecimento Matemático das crianças e suas relações junto às experiências cotidianas.	379
14. O Conhecimento do Mundo Físico e Natural no desenvolvimento humano da criança.	379
15. Filosofia na Educação de crianças.	380
16. Avaliação e registro do processo educacional na Educação Infantil.	380
17. A prática docente: profissional, estética, ética, social, humana e dialógica com o outro.	386

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

93. (PREF. GUARULHOS/SP – ASSISTENTE DE GESTÃO ESCOLAR – VUNESP/2016) Certa escola tem 15 classes no período matutino e 10 classes no período vespertino. O número médio de alunos por classe no período matutino é 20, e, no período vespertino, é 25. Considerando os dois períodos citados, a média aritmética do número de alunos por classe é

- (A) 24,5.
- (B) 23.
- (C) 22,5.
- (D) 22.
- (E) 21.

94. (SEGEP/MA – TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL – FCC/2016) Para responder à questão, considere as informações abaixo.

Três funcionários do Serviço de Atendimento ao Cliente de uma loja foram avaliados pelos clientes que atribuíram uma nota (1; 2; 3; 4; 5) para o atendimento recebido. A tabela mostra as notas recebidas por esses funcionários em um determinado dia.

FUNCIONÁRIO	NÚMERO DE CADA NOTA RECEBIDA PELOS FUNCIONÁRIOS					TOTAL DE ATENDIMENTOS NO DIA
	1	2	3	4	4	
A	2	7	2	9	10	30
B	6	6	9	14	5	40
B	0	5	10	6	4	25

Considerando a avaliação média individual de cada funcionário nesse dia, a diferença entre as médias mais próximas é igual a

- (A) 0,32.
- (B) 0,21.
- (C) 0,35.
- (D) 0,18.
- (E) 0,24.

95. (UFES – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO – UFES/2017) Considere n números x_1, x_2, \dots, x_n , em que $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$. A mediana desses números é igual a $x_{(n+1)/2}$, se n for ímpar, e é igual à média aritmética de $x_{n/2}$ e $x_{(n+2)/2}$, se n for par. Uma prova composta por 5 questões foi aplicada a uma turma de 24 alunos. A tabela seguinte relaciona o número de acertos obtidos na prova com o número de alunos que obtiveram esse número de acertos.

NÚMERO DE ACERTOS	NÚMERO DE ALUNOS
0	4
1	5
2	4
3	3
4	5
5	3

A penúltima linha da tabela acima, por exemplo, indica que 5 alunos tiveram, cada um, um total de 4 acertos na prova. A mediana dos números de acertos é igual a

- (A) 1,5
- (B) 2
- (C) 2,5
- (D) 3
- (E) 3,5

§ 3º São garantidos a livre manifestação de vontade dos detentores do poder familiar e o direito ao sigilo das informações. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 4º O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado na audiência a que se refere o § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6º O consentimento somente terá valor se for dado após o nascimento da criança. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º A família natural e a família substituta receberão a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

Art. 167. A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência.

Parágrafo único. Deferida a concessão da guarda provisória ou do estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante termo de responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 168. Apresentado o relatório social ou o laudo pericial, e ouvida, sempre que possível, a criança ou o adolescente, dar-se-á vista dos autos ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

Art. 169. Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do poder familiar constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação em família substituta, será observado o procedimento contraditório previsto nas Seções II e III deste Capítulo. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. A perda ou a modificação da guarda poderá ser decretada nos mesmos autos do procedimento, observado o disposto no art. 35.

Art. 170. Concedida a guarda ou a tutela, observar-se-á o disposto no art. 32, e, quanto à adoção, o contido no art. 47.

Parágrafo único. A colocação de criança ou adolescente sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar será comunicada pela autoridade judiciária à entidade por este responsável no prazo máximo de 5 (cinco) dias. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

SEÇÃO V DA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE

Art. 171. O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

Art. 172. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

Parágrafo único. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

Art. 173. Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107, deverá:

I - lavar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;

II - apreender o produto e os instrumentos da infração;

III - requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Parágrafo único. Nas demais hipóteses de flagrante, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada.

Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

§ 1º Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Nas localidades onde não houver entidade de atendimento, a apresentação far-se-á pela autoridade policial. À falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo referido no parágrafo anterior.

Art. 176. Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

Art. 177. Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos.

Art. 178. O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

Art. 179. Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas.

Parágrafo único. Em caso de não apresentação, o representante do Ministério Público notificará os pais ou responsável para apresentação do adolescente, podendo requisitar o concurso das polícias civil e militar.

Parágrafo único. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.” (NR)

“Art. 9º

Parágrafo único. Os semáforos para pedestres instalados em vias públicas de grande circulação, ou que deem acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave para orientação do pedestre.” (NR)

“Art. 10-A. A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.”

“Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Art. 113. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

III - promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público;

IV - instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, que incluam regras de acessibilidade aos locais de uso público;

.....” (NR)

“Art. 41.

§ 3º As cidades de que trata o caput deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.” (NR)

Art. 114. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

I - (Revogado);

II - (Revogado);

III - (Revogado).” (NR)

“Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

.....

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

.....
Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.” (NR)

“Art. 228.

II - (Revogado);

III - (Revogado);

.....

§ 2º A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.” (NR)

“Art. 1.518. Até a celebração do casamento podem os pais ou tutores revogar a autorização.” (NR)

“Art. 1.548.

I - (Revogado);

.....” (NR)

“Art. 1.550.

.....

§ 2º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.” (NR)

“Art. 1.557.

III - a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou por herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;

IV - (Revogado).” (NR)

“Art. 1.767.

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

II - (Revogado);

III - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

IV - (Revogado);

.....” (NR)

“Art. 1.768. O processo que define os termos da curatela deve ser promovido:

.....
IV - pela própria pessoa.” (NR)

“Art. 1.769. O Ministério Público somente promoverá o processo que define os termos da curatela:

I - nos casos de deficiência mental ou intelectual;

.....
III - se, existindo, forem menores ou incapazes as pessoas mencionadas no inciso II.” (NR)

“Art. 1.771. Antes de se pronunciar acerca dos termos da curatela, o juiz, que deverá ser assistido por equipe multidisciplinar, entrevistará pessoalmente o interditando.” (NR)

“Art. 1.772. O juiz determinará, segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela, circunscritos às restrições constantes do art. 1.782, e indicará curador.

Parágrafo único. Para a escolha do curador, o juiz levará em conta a vontade e as preferências do interditando, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.” (NR)

“Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.”

envolvimento, e são frequentemente abordadas de forma distintas pelas diferentes abordagens teóricas que descrevem o desenvolvimento humano.

Dizer que ao longo do tempo mudanças ocorrem na vida dos indivíduos não nos esclarece estas questões. O tempo é apenas uma escala, não é uma variável psicológica. Portanto, é preciso entender como as condições internas e externas ao indivíduo afetam e promovem essas mudanças. As mudanças no desenvolvimento são adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem essas situações internas e externas ao indivíduo que tem que se adaptar a um mundo em que as mudanças são constantes.

Variáveis internas podem ser entendidas como aquelas ligadas à maturação orgânica do indivíduo, as bases genéticas do desenvolvimento.

Recentemente, os processos inatos que promovem o desenvolvimento humano voltam a ser discutidos por teóricos do desenvolvimento humano.

As variáveis externas são aquelas ligadas à influência do ambiente no desenvolvimento. As abordagens sistêmicas de investigação do desenvolvimento humano há muito chamam atenção para a importância de se entender as diversas interações que ocorrem nos múltiplos contextos em que o desenvolvimento se dá. Incluindo-se nesta discussão uma análise do momento histórico em que o indivíduo se desenvolve.

Biaggio argumenta que a especificidade da psicologia do desenvolvimento humano está em estudar as variáveis externas e internas aos indivíduos que levam as mudanças no comportamento em períodos de transição rápida (infância, adolescência e envelhecimento). Teorias contemporâneas do desenvolvimento aceitam que as mudanças são mais marcadas em períodos de transição rápida, mas mudanças ocorrem ao longo de toda a vida do indivíduo, não só nestes períodos. Portanto, é preciso se ampliar o escopo do entendimento do que é o estudo do desenvolvimento humano.

Para que se leve a termo estas considerações, as pesquisas em desenvolvimento humano utilizam metodologia específica, entre elas a mais comumente usada são os estudos longitudinais. A *“International Society for the Study of Behavioral Development”* lançou em 2005 uma edição especial intitulada *“Longitudinal Research on Human Development: Approachs, Issues and New Directions”*. Nesta edição se discute as contribuições e limitações dos estudos longitudinais para a produção do conhecimento na psicologia do desenvolvimento.

Cillessen ressalta que estudos longitudinais se aplicam as várias áreas do conhecimento não apenas a Psicologia do Desenvolvimento. Também não se aplicam apenas a estudos de longo prazo e com muitos indivíduos, mas na psicologia do desenvolvimento adquirem uma importância fundamental, pois permitem que se acompanhe o desenvolvimento dos indivíduos ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que, controlam-se as múltiplas variáveis que afetam o desenvolvimento.

Os teóricos que trabalham na abordagem do Curso da Vida, chamam atenção para algumas das limitações deste tipo de abordagem, que estudam apenas uma coorte de cada vez, não permitindo inferências sobre o comportamento entre gerações. Apontam para a necessidade de incluir outras coortes históricas em estudos sobre o desenvolvimento humano, ressaltando a necessidade de estudos longitudinais de coorte, mais amplos que os estudos longitudinais tradicionais.

Além da Teoria do Curso da Vida, teóricos de diversas abordagens chamam a atenção para a necessidade de se considerar as questões metodológicas específicas ao estudo do desenvolvimento e as limitações das metodologias tradicionais. Assim, pelas questões acima citadas, consideramos que uma melhor definição de Psicologia do Desenvolvimento seria “O estudo, através de metodologia específica e levando em consideração o contexto sócio histórico, das múltiplas variáveis, sejam elas cognitivas, afetivas, biológicas ou sociais, internas ou externas ao indivíduo que afetam o desenvolvimento humano ao longo da vida”.

Através da identificação dos fatores que afetam o desenvolvimento humano podemos pensar sobre trabalhos de intervenção mais eficazes, que levem a um desenvolvimento harmônico do indivíduo. Sendo assim, os conhecimentos gerados por essa área da psicologia trazem grandes contribuições para os trabalhos de prevenção e promoção de saúde. Aqui a concepção de saúde adquire uma perspectiva mais ampla e engloba os diversos contextos que fazem parte da vida dos indivíduos (escola, trabalho, família).

O desenvolvimento humano³ se realiza em períodos que se distinguem entre si pelo predomínio de estratégias e possibilidades específicas de ação, interação e aprendizagem.

Os períodos de desenvolvimento são, normalmente, referidos como infância, adolescência, maturidade e velhice. É mais adequado, porém, pensarmos o processo de desenvolvimento humano em termos das transformações sucessivas que o caracterizam, transformações que são marcadas pela evolução biológica (que é constante para todos os seres humanos) e pela vivência cultural.

Plasticidade Cerebral

O cérebro humano apresenta uma grande plasticidade. Plasticidade é a possibilidade de formação de conexões entre neurônios a partir das sinapses. A plasticidade se mantém pela vida toda, embora sua amplitude varie segundo o período de formação humana. Assim é que, quanto mais novo o ser humano, maior plasticidade apresenta. Certas conexões se fazem com uma rapidez muito grande na criança pequena. É isto que possibilita o desenvolvimento da linguagem oral, a aprendizagem de uma ou mais línguas maternas simultaneamente, o domínio de um instrumento musical, o desenvolvimento dos movimentos complexos e a perícia de alguns deles, como aqueles envolvidos no ato de desenhar, de correr, de nadar...

Conseqüentemente a infância é o período de maior plasticidade e isto atende, naturalmente, ao processo intenso de crescimento e desenvolvimento que ocorre neste período. Assim, a plasticidade atende às necessidades da espécie.

Que possibilidades concretas são estas de formação de conexões? *O cérebro humano dispõe de cerca de 100 bilhões de neurônios, sendo que cada um pode chegar a estabelecer cerca de 1000 sinapses, em certas circunstâncias ainda mais. Desta forma, as possibilidades são de trilhões de conexões, o que significa que a capacidade de aprender de cada um de nós é absolutamente muito ampla.*

Enquanto espécie, o ser humano apresenta, desde o nascimento, uma plasticidade muito grande no cérebro, podendo desenvolver várias formas de comportamento, aprender várias línguas, utilizar diferentes recursos e estratégias para se inserir no meio, agir sobre ele, avaliar, tomar decisões, defender-se, criar condições de sobrevivência ao longo de sua vida.

³ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>

— **Colaboração e reflexão entre os professores**

O plano de ação pedagógica docente na educação infantil também pode ser enriquecido por meio da colaboração e reflexão entre os professores. A troca de experiências, ideias e práticas pedagógicas entre os profissionais contribui para uma abordagem mais abrangente e diversificada, enriquecendo a qualidade do ensino na educação infantil. Além disso, a reflexão regular sobre as práticas pedagógicas permite a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, favorecendo o aprimoramento contínuo da prática docente.

O plano de ação pedagógica docente desempenha um papel fundamental na orientação e na organização das práticas educacionais na educação infantil. Por meio do planejamento cuidadoso, da definição de objetivos claros, da seleção de estratégias adequadas e da avaliação contínua, os professores podem proporcionar uma experiência educativa de qualidade para as crianças na primeira infância. O plano de ação pedagógica docente também promove a colaboração entre os profissionais, a reflexão sobre as práticas e a busca constante por melhorias. Ao desenvolver e implementar um plano de ação pedagógica eficaz, os professores estão contribuindo para o desenvolvimento integral e o sucesso das crianças na educação infantil.

CURRÍCULO: CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.

O currículo, mais do que uma simples enumeração de conteúdos e diretrizes a serem trabalhados em sala de aula pelos professores ao longo das diferentes fases da vida escolar dos estudantes, é uma construção histórica e também cultural que sofre, ao longo do tempo, transformação em suas definições. Por esse motivo, para o professor, é preciso não só conhecer os temas concernentes ao currículo de suas áreas de atuação, como também o sentido expresso por sua orientação curricular.

Por esse motivo, o conceito de currículo na educação foi se transformando ao longo do tempo, e diferentes correntes pedagógicas são responsáveis por abordar a sua dinâmica e suas funções. Assim, diferentes autores enumeram de distintas formas as várias teorias curriculares, de forma que abordaremos a seguir as correntes apontadas por Silva (2003). No entanto, vale ressaltar que existem outras formas e perspectivas, a depender do autor escolhido.

Dessa forma, podemos distinguir três notórias teorias curriculares: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas.

Teorias tradicionais do currículo

As teorias curriculares tradicionais, também chamadas de teorias técnicas, foram promovidas na primeira metade do século XX, sobretudo por John Franklin Bobbitt, que associava as disciplinas curriculares a uma questão puramente mecânica. Nessa perspectiva, o sistema educacional estaria conceitualmente atrelado ao sistema industrial, que, na época, vivia os paradigmas da administração científica, também conhecida como Taylorismo.

Assim, da mesma forma que o Taylorismo buscava a padronização, a imposição de regras no ambiente produtivo, o trabalho repetitivo e com base em divisões específicas de tarefas, além da produção em massa, as teorias tradicionais também seguiram

essa lógica no princípio do currículo. Dessa forma, o currículo era visto como uma instrução mecânica em que se elaborava a listagem de assuntos impostos que deveriam ser ensinados pelo professor e memorizados (repetidos) pelos estudantes.

Nesse sentido, a elaboração do currículo limitava-se a ser uma atividade burocrática, desprovida de sentido e fundamentada na concepção de que o ensino estava centrado na figura do professor, que transmitia conhecimentos específicos aos alunos, estes vistos apenas como meros repetidores dos assuntos apresentados.

Teorias críticas do currículo

As teorias curriculares críticas basearam o seu plano teórico nas concepções marxistas e também nos ideários da chamada Teoria Crítica, vinculada a autores da Escola de Frankfurt, notadamente Max Horkheimer e Theodor Adorno. Outra influência importante foi composta pelos autores da chamada Nova Sociologia da Educação, tais como Pierre Bourdieu e Louis Althusser.

Esses autores conheceram uma maior crescente de suas teorias na década de 1960, compreendendo que tanto a escola como a educação em si são instrumentos de reprodução e legitimação das desigualdades sociais propriamente constituídas no seio da sociedade capitalista. Nesse sentido, o currículo estaria atrelado aos interesses e conceitos das classes dominantes, não estando diretamente fundamentado ao contexto dos grupos sociais subordinados.

Assim sendo, a função do currículo, mais do que um conjunto coordenado e ordenado de matérias, seria também a de conter uma estrutura crítica que permitisse uma perspectiva libertadora e conceitualmente crítica em favorecimento das massas populares. As práticas curriculares, nesse sentido, eram vistas como um espaço de defesa das lutas no campo cultural e social.

Teorias pós-críticas do currículo

Já as teorias curriculares pós-críticas emergiram a partir das décadas de 1970 e 1980, partindo dos princípios da fenomenologia, do pós-estruturalismo e dos ideais multiculturalistas. Assim como as teorias críticas, a perspectiva pós-crítica criticou duramente as teorias tradicionais, mas elevaram as suas condições para além da questão das classes sociais, indo direto ao foco principal: o sujeito.

Desse modo, mais do que a realidade social dos indivíduos, era preciso compreender também os estigmas étnicos e culturais, tais como a racialidade, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas. Nesse sentido, era preciso estabelecer o combate à opressão de grupos semanticamente marginalizados e lutar por sua inclusão no meio social.

As teorias pós-críticas consideravam que o currículo tradicional atuava como o legitimador dos modus operandi dos preconceitos que se estabelecem pela sociedade. Assim, a sua função era a de se adaptar ao contexto específico dos estudantes para que o aluno compreendesse nos costumes e práticas do outro uma relação de diversidade e respeito. Além do mais, em um viés pós-estruturalista, o currículo passou a considerar a ideia de que não existe um conhecimento único e verdadeiro, sendo esse uma questão de perspectiva histórica, ou seja, que se transforma nos diferentes tempos e lugares.¹²

¹² Fonte: www.educador.brasilecola.uol.com.br

— Sugestões de instrumentos para avaliação na educação infantil

Relatórios de observação

Os relatórios de observação, como o próprio nome diz, se referem aos registros escritos durante e depois da realização das atividades planejadas na rotina da Educação Infantil. Para favorecer a construção desse documento é recomendado que o educador disponha de um caderno ou bloco de anotações que esteja ao seu alcance todo tempo em que estiver com as crianças.

Portanto, que seja fácil de portar em diferentes ambientes e possua um apoio, tipo prancheta ou capa dura, caso o professor não tenha uma mesa disponível. Nesses registros é importante constar a data da observação e o nome da criança que está sendo observada.

Fazem parte do conteúdo das observações, as interações, falas, interesses, dificuldades e progressos das crianças. É interessante que o professor organize uma escala de observação, assim garantirá que todos os estudantes sejam incluídos nas observações.

Outro recurso disponível são as pautas de observação, em que são antecipados os elementos que precisam ser avaliados, geralmente, construídos pelo educador com base nos objetivos propostos. As pautas de observação direcionam o olhar do professor e asseguram a unanimidade no processo do que observar.

PAUTA DE OBSERVAÇÃO	
Nome da criança:	Data: ___/___/___
Como se expressa por meio de linguagem verbal?	
<input type="checkbox"/> balbucia <input type="checkbox"/> palavras <input type="checkbox"/> frases <input type="checkbox"/> mantém diálogo	
Responde comandos simples?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Quanto ao nome:	
<input type="checkbox"/> Conhece <input type="checkbox"/> Identifica <input type="checkbox"/> Reconhece	

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601655/2/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil.pdf>

É imprescindível lembrar que os relatórios de observação podem ser compostos de fotografias e gravações que, de tempo em tempo, serão analisados junto às anotações a fim de averiguar o desenvolvimento das crianças e permitir a organização pedagógica do professor.

Relatórios de acompanhamento

Quando acontece o processo de retomada dos registros de observação com o intuito de aperfeiçoar a prática e identificar o desenvolvimento das crianças, estamos nos referindo ao relatório de acompanhamento. Esse documento é fundamental e faz parte das documentações necessárias à Educação Infantil, pois são evidências do trabalho pedagógico e instrumentos de devolutiva à família e equipe gestora.

Além da análise escrita do educador, é possível apresentar fichas de avaliação que permitam a rápida visualização das habilidades e competências já adquiridas pela criança.

FICHA DE AVALIAÇÃO		
Estudante:		
Professor:		
	ASPECTO AVALIADO	AVALIAÇÃO
1.	COMUNICA NECESSIDADES E SENTIMENTOS POR MEIO DO CORPO.	
2.	PRATICA O AUTOCUIDADO COM AUTONOMIA AO USAR BANHEIRO.	
3.	SE ALIMENTA SOZINHO COM HIGIENE E COORDENAÇÃO MOTORA.	
4.	COORDENA MOVIMENTOS DE ENCAIXE, PREENSÃO E RECORTE.	

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601655/2/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil.pdf>

No item avaliação usa-se a legenda: D (desenvolvido), ED (em desenvolvimento, ND (não desenvolvido) e NA (não avaliado).